

O Cooperativismo Popular na Perspectiva da Economia Solidária como Instrumento de Inclusão Social Produtiva

Rodrigo da Silva Arcanjo
rodrigossarcujo@gmail.com
AEDB

Jódney Benedito Marques
jde_marques@yahoo.com.br
AEDB

Resumo: Cooperativismo é um movimento econômico e social, entre pessoas, em que a cooperação baseia-se na participação dos associados, nas atividades econômicas com vistas a atingir o bem comum e promover uma reforma social dentro do capitalismo. Já a leitura do cooperativismo com o olhar da Economia Solidária traz novas possibilidades de inclusão social produtiva. Este modelo de organização produtiva alinhado aos princípios da Economia Solidária é conhecido como Cooperativismo Popular e se destaca como organização socioeconômica de trabalho pois fundamenta-se na superação de situações de exclusão, assim como a predominância de um modelo de gestão democrático e participativo, mais voltado para o bem comum do que para o lucro. E ainda neste artigo serão conceituados paralelamente conceitos como Felicidade Interna Bruta (FIB) e tecnologias sociais, como instrumentos formuladores de processo de inclusão social. Retratando também novas perspectivas para a atuação destes empreendimentos.

Palavras Chave: Sustentabilidade - FIB - Inclusão Social - Cooperativismo - Economia Solidária

1. INTRODUÇÃO

Com a Revolução Industrial houve um grande desenvolvimento dos ambientes fabris que proporcionaram uma forte demanda por um amplo número de trabalhadores. As fábricas necessitavam de uma mão-de-obra capaz de seguir o ritmo acelerado de produção e os anseios selvagens pelos lucros dos industriários da época. Dessa forma, em curto espaço de tempo, um amplo conjunto de trabalhadores foi recebido pelas indústrias instaladas nos centros urbanos, iniciando um acentuado processo de urbanização. Chamados de operários, esses trabalhadores eram figuras típicas de um novo cenário urbano em formação.

As máquinas eram os novos meios de produção da riqueza econômica e o seu alto valor fazia com que apenas as classes economicamente opulentas tivessem condições de adquiri-las. Dessa forma, a revolução industrial, rompeu a ligação entre trabalhadores e os meios de produção. A figura do artesão – possuidor de suas técnicas e ferramentas – perdeu lugar para o operário submetido ao ritmo e às tarefas do maquinário. Não participando de todo o processo produtivo e afastado dos meios de produção, o operário desconhecia o valor da riqueza por ele produzida.

Subjugado por essa situação, o operário transformava sua mão-de-obra em uma mercadoria vendida a um preço determinado por seu patrão. E economicamente falando, quando há uma demanda de emprego maior que a oferta, o que ocorre é uma redução no valor dos salários e precárias condições de trabalho oferecidas, e foi isso que aconteceu, o preço estipulado pela força de trabalho do operário caía em função da grande disponibilidade de trabalhadores dispostos a venderem sua mão-de-obra sob as exigências impostas pelo patrão. Dessa maneira, nas primeiras fábricas, havia um aglomerado de trabalhadores se submetendo a extensas cargas horárias recompensadas por salários irrisórios.

Tantas adversidades acabaram motivando as primeiras revoltas do operariado. Sem ter uma organização muito bem ideologicamente orientada, as primeiras revoltas se voltavam contra as próprias máquinas, que Taylor denominou de ‘vadiagem sistemática’. Segundo Silva (2008), essa revolta dos trabalhadores contra as máquinas tinha por objetivo preservar os empregos que em alguns casos, retardavam a produção.

Com efeito, a formulação dialética da história e das mudanças sociais não tem revelado suficientemente a necessidade de ser coerente no próprio modo de se organizar. As experiências formuladas no entorno de um sistema capitalista excludente promovem a luta por um projeto de sociedade ancorado na solidariedade, na cooperação, na democracia e na autonomia. Nas diferentes estratégias e nos desdobramentos do pensamento econômico, resguardadas as proporções, a solidariedade é a base fundamental na formação dessas iniciativas.

Assim, percebe-se que o cooperativismo surgiu como uma estratégia de enfrentamento dos problemas sociais gerados por uma economia individualista, apoiada na cooperação entre os trabalhadores. O cooperativismo é um movimento econômico e social em que a cooperação baseia-se na participação dos associados, nas atividades econômicas com vistas a atingir o bem comum e promover uma reforma social dentro do capitalismo. E conforme conceito apresentado no Congresso Centenário da Aliança Cooperativista Internacional, em 1995, em Manchester, na Inglaterra, cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.

Sendo assim, por sua vez, com o agravamento da questão social e tendo esta uma abrangência maior, o cooperativismo constituiu-se como estratégia de sobrevivência e subsistência. Dessa forma de organização econômica, parte uma parcela significativa de



iniciativas que, apoiadas na solidariedade, construíram um processo que culminou em outra forma de organização, ou seja, a Economia Solidária¹.

A Economia Solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano e não do capital. Tem base associativista e cooperativista, e é voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido e com igualdade entre os seus membros.

Considerando que a Inclusão Social Produtiva é um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela falta de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência ou preconceitos raciais.

Considerando que a Inclusão Social Produtiva tem como preceito oferecer aos mais necessitados oportunidades, de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficia a todos e não apenas aos mais favorecidos no sistema meritocrático em que vivemos.

Pode ser afirmado que com base nos conceitos supracitados, é sim o Cooperativismo, na perspectiva da Economia Solidária um instrumento para a Inclusão Social Produtiva. Até mesmo porque, bem mais que criar condições para que as famílias marginalizadas dos processos econômicos da sociedade possam conquistar aquisições materiais, é elevada a condição de participantes e pertencentes do processo.

A prática cooperativista deve-se, então, ser encarada como uma alternativa para o enfrentamento das principais mazelas sociais do mundo contemporâneo – a pobreza e o desemprego.

Todavia entendemos que se faz necessário transformar a visão que a população tem sobre esta prática inclusiva, conforme veremos no próximo capítulo.

¹ A terminologia Economia Solidária tem seu uso diversificado, mas ao atingir recentemente o *status* de política pública passou a ser definido como conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizados sob a forma de autogestão (SENAES, 2004). Esta definição é que será utilizada neste artigo. Neste artigo o termo E.S. não designará quaisquer práticas econômicas populares que estão fora do assalariamento formal – como comércio ambulante, pequenas oficinas, serviços autônomos, artesanato, confecções de costura –, englobando ações que são individualizadas e outras que agrupam pessoas, onde o sentido de coletividade precisa ser enfocado provocando a solidariedade ali na produção da atividade econômica, propriamente. Entretanto, governos e entidades civis envolvidas conceituam a economia solidária como uma modalidade específica de economia popular que reúne grupos em associações, cooperativas ou pequenas empresas, baseados na cooperação e autogestão.



2. A MUDANÇA NECESSÁRIA

Nossa cultura tem uma experiência ainda pequena em relação à inclusão social, com pessoas que ainda criticam a igualdade de direitos e que não querem cooperar com aqueles que fogem dos padrões de normalidade estabelecidos por um grupo o qual é maioria.

Para a consolidação o processo de Inclusão Social Produtiva, nessa perspectiva, se faz necessário preconizar a cooperativização e os valores anticapitalistas, mesmo que estes tratem de uma vertente insuficientemente crítica e esclarecedora, pois é fundamental referenciar as mudanças do trabalho na reestruturação socioprodutiva do capitalismo, a atuação dos sujeitos políticos coletivos das classes sociais e a inflexão da atuação do Estado perante esse quadro social (GRAMSCI, 1978, 1979, 1981).

Afirmar a Economia Solidária como uma política pública no enfrentamento à pobreza denota repensar a ordem social, o modelo econômico e político hegemônico, bem como efetivamente caminhar em **defesa da sustentabilidade** e de outra concepção de desenvolvimento.

Fomentar as iniciativas cooperativistas na perspectiva da Economia Solidária remonta estruturar formas de redistribuir renda e riqueza produzida, e, conseqüentemente, impõe o questionamento do Estado e do projeto neoliberal hoje instalado. Discutir essas questões exige um posicionamento de quebra com o instituído, com os acordos (clientelistas, paternalistas, protecionistas) da maioria dos governos. Daí a premente necessidade de superar a lógica setorialista das políticas e conceber a Economia Solidária articulada com outras políticas, fortalecendo a participação da sociedade civil, o controle social e a construção de um Estado democraticamente ativo, a serviço da população, assim como afirma Pedrini & Oliveira (2007).

As Cooperativas do ramo trabalho propiciam a oportunidade de resgatar a sobrevivência econômica e a autoestima do trabalhador através do trabalho solidário, proporcionando-lhe a inclusão no mercado de trabalho, bem como o desenvolvimento do lado empreendedor e das habilidades profissionais do indivíduo e de forma cooperativa, ou seja, compartilhando de forma mútua e dividindo as responsabilidades, os resultados financeiros e os custos da manutenção da organização. Assim, tem-se na proposta cooperativista o entendimento de que este tipo de organização possibilita desempenhar um papel ativo na redução da pobreza, já que todos os cidadãos são potencialmente consumidores, contribuintes e propulsores do progresso.

Mesmo colocados estas vantagens, muitos grupos não optam pelo cooperativismo por preferirem se submeterem a uma “carteira assinada” e aos benefícios que ela proporciona, ao invés de estimularem o empreendedorismo e enriquecer o país com criatividade, na cultura brasileira é preferível sobreporem a criatividade, que exige empreender, pela ideia de estabilidade e segurança que as empresas oferecem. Isso é a questão cultural da carteira de trabalho.

A escassez de empreendedorismo faz a economia estagnar e o desemprego se manter em altas taxas, pois o mercado não consegue absorver esse número de pessoas que chegam todos os anos atrás da tão almejada vaga de emprego. O resultado não é difícil de prever: em vez de ocupar um posto no já saturado mercado de trabalho, o empreendedor colabora para que se criem mais vagas de emprego, proporcionando à população menos abastada, e que, pelo menos teoricamente, têm menos acesso à informação e ao conhecimento, maiores chances de adentrar o mercado de trabalho. Isso certamente fortalece a economia e quebra o círculo – desemprego – pobreza – violência.

A responsabilidade pela garantia da coesão social tem sido transferida para as empresas e entidades sem fins lucrativos, que, em aliança, teriam o papel de amenizar os efeitos socialmente perversos da lógica do mercado. No Brasil, esta responsabilidade é assumida, com



certo proveito, pelos organismos públicos, principalmente quando atua no âmbito social através de parcerias com organizações não governamentais – ONGs e com instituições privadas, absorvendo o mérito de reafirmar a importância da sociedade civil na estruturação da ordem social. Obviamente, a reafirmação da sociedade civil, enquanto estruturação da ordem social, não é a proposta inerente às cooperativas, pois estas são constituídas por membros de determinado grupo econômico ou social, que objetivam desempenhar determinada atividade em benefício comum deste grupo. As principais premissas do cooperativismo são: identidade de propósitos e interesses; ação conjunta, voluntária e objetiva para coordenação de contribuição e serviços; obtenção de resultado útil e comum a todos (SANTOS, 2009).

No entanto, sabemos que as soluções para a exclusão no contexto social só se darão a partir do trabalho e com políticas eficazes, como maiores investimentos na educação e na criação de políticas públicas que possibilitem o exercício de ações efetivas. Assim, o cooperativismo desponta como uma das soluções para o problema do desemprego e da exclusão social, não apenas como um instrumento capaz de suprir uma lacuna de empregabilidade, mas, também, propiciar o empreendedorismo, desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, através da cooperação.

Como as políticas públicas utilizadas atualmente no nosso país carecem de elementos que fomentem a transformação da atual condição da educação e de investimento no âmbito social, uma das alternativas para promover essa transformação é o sistema de cooperativas de trabalho, subsidiadas pela filosofia e princípios cooperativistas e solidários, uma vez que objetiva principalmente promover trabalho e renda. Também possibilita proporcionar melhores condições de empregabilidade e educação para a população, preceituando as questões objetivas e subjetivas do conceito teórico da hierarquia das necessidades humanas, quais sejam, comida, água, moradia, segurança, proteção, pertencimento, autoestima elevada, auto realização, subsidiadas pela filosofia e princípios cooperativistas (MASLOW, 2000).

Segundo as Organizações de Cooperativas do Brasil – OCB (2008), as organizações Cooperativas contribuem de forma fundamental para o desenvolvimento econômico do Brasil, sendo uma das atividades econômicas que mais crescem no país. Provas deste crescimento estão demonstradas no Relatório de Atividades da OCB (2008), por catalogar que o Brasil já contabiliza 7.682 Cooperativas em atuação no mercado de trabalho, associadas aos mais diversos ramos de atividade, acompanhando uma tendência mundial: a capacidade de as pessoas mais se organizarem. Para esse procedimento, o exercício da prática cooperativista como uma ferramenta da economia solidária e da inclusão social numa vertente econômica e subjetiva.

Um dos aspectos e princípios da inclusão social, que se contrapõe ao processo da exclusão, consiste em possibilitar ao cidadão ter acesso garantido aos seus direitos sociais e ao ingresso no mercado de trabalho - que o resgate de uma condição de pobreza - de forma a prover as suas necessidades básicas: alimentação, saúde e educação. Segundo Pochmann & Amorim (2003, p. 21), “as lacunas deixadas pela falta de reforma agrária, tributária e social tornaram o capitalismo brasileiro uma máquina de produção e reprodução de desigualdades”.

Em um sentido mais amplo, a inclusão social possibilita ao cidadão a oportunidade de adquirir conhecimento - quando dotado deste - que possibilita uma continuada busca de transformação para uma melhor qualidade de vida econômica e social e, ainda mais, proporciona uma tomada de consciência que transforma o seu entorno, a sua comunidade, através de uma atuação política em seu conceito mais amplo. Portanto, a temática tem uma dimensão social muito mais aprofundada, pois não se restringe unicamente à pobreza e sim a uma população sem acesso à educação e ao conhecimento tecnológico básico, tão exigido no



mercado de trabalho nesta “Era da Informação”, como por exemplo, a tecnologia digital e da informação.

O cooperativismo permite não apenas a sua inclusão social no mercado, mas, principalmente, sua participação cidadã organizando-se e constituindo-se como sujeito político na sociedade.

Então aí está a mudança necessária, mesmo a Economia Solidária sendo uma proposta para reorganização econômica e social, é necessário que as pessoas vejam outras possibilidades para estes arranjos sociais que proporcionam uma sociedade com mais igualdade.

Numa perspectiva solidária, a denominação da economia solidária dar-se-á pela formação de empreendimentos e pessoas, daí o cooperativismo incluso, com perspectivas solidárias, atuando em diversos setores da economia local de forma a buscar resposta aos anseios e à dinâmica de cada grupo social formado. Como veremos no próximo capítulo, entraremos mais na conceituação da Economia Solidária com este papel de desenvolver inclusão social e uma sociedade sustentável.

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA INCLUSÃO E SUSTENTABILIDADE

Como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais e como defesa a exploração do trabalho humano surgiu da Economia Solidária, emergindo novas práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo.

Estas práticas baseiam-se em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza e de capital. E se assim aplicada resulta, conforme a “Carta de princípios da Economia Solidária”, em um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida (FBES, 2012).

Sendo assim, a Economia Solidária aliada aos preceitos do cooperativismo vem objetivamente, criar condições para a inclusão social produtiva, pois ela, a Economia Solidária, tem seu valor central no trabalho, no saber e na criatividade humana.

Isso projeta a sociedade, como um todo, a um nível emancipatório maior, uma vez que, não só os inseridos nesse processo se beneficiam, mas toda a sociedade. De maneira bem generalizada, os empreendimentos cooperativistas solidários procuram criar mecanismos sociais para superação da pobreza e exclusão social. Estes rendimentos não se limitam apenas aos benefícios materiais de um empreendimento, mas também se traduzem como ganhos sociais.

Em regra, o grande público deste sistema solidário são pessoas excluídas das relações trabalhistas do sistema capitalista, seja por idade, grau de instrução, falta de oportunidades, ou outra suposta “limitação”, estas iniciativas apresentam alternativas viáveis para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Quando se diz que esta inclusão favorece todos os setores da sociedade, afirma-se que a economia é um grande sistema de vasos comunicantes, um acréscimo na renda de uma parcela da população significará mais consumo (se tratando de um país como o Brasil que não tem a cultura de poupar), resultando num aumento de demanda. Mais consumo exigirá mais investimentos e por consequência mais contratação de mão de obra, então mais pessoas serão



inseridas no mercado de trabalho e daí por diante, dando fluxo à economia, favorecendo a todos.

Veremos no próximo capítulo mais detalhes sobre este impacto econômico na economia quando se favorece a inclusão social numa cultura desenvolvimentista.

4. GANHO DA INCLUSÃO SOCIAL PARA A ECONOMIA

É evidente que se deve promover o acesso ao consumo dos mais pobres, não deve se dar apenas no sentido de reduzir a pobreza, é preciso entender que a redução da pobreza propicia o aumento do consumo que, por sua vez, contribui para o crescimento econômico do país.

E com um olhar macroeconômico, pode-se condicionar esta preocupação ao Estado, uma vez que este deve se o maior interessado no crescimento da economia do país (não apenas o Estado, mas todos os indivíduos).

Já na perspectiva microeconômica, a Economia Solidária se atenta ao fato de ainda existir um contingente alto de pessoas excluídas da capacidade de consumo, uma vez que as classes sociais mais baixas tendem a transformar renda em consumo mais facilmente que as mais abastadas, isto é, as classes mais baixas têm uma maior propensão marginal a consumir². Nesta conjuntura, nota-se que a insuficiência de renda, que acarreta a insuficiência de consumo, não é um problema apenas de ordem pública, mas de todos os agentes envolvidos no sistema econômico.

Sendo assim, além da questão humana, isto é, além de considerar o fato de existirem pessoas vivendo em situações de extrema pobreza, todos os agentes econômicos devem considerar o aspecto econômico deste fato, que é, na verdade, o fato de uma renda insuficiente gerar uma demanda efetiva menor do que a potencial que, por sua vez, contribui para um consumo também menor que o potencial. E, em virtude disso, o crescimento econômico também é menor que o potencial. Sendo assim, este contexto vai além da inclusão social.

Além da propensão marginal a consumir alta, é necessário considerar que o aumento do consumo conduzirá ao aumento da demanda que, por sua vez, estimulará os investimentos. Ou seja, frente à ascensão do consumo, as empresas se verão motivadas a investir, o que também contribui para o crescimento econômico (lembrando que PIB = consumo + investimento + gastos do governo).

4.1. A ECONOMIA SOLIDÁRIA SUPRINDO OS ANSEIOS CONTEMPORÂNEOS

E como foi dito, os princípios postos pela Economia Solidária não se resumem somente em dar acesso a riquezas materiais. A Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. Estamos no início da segunda década do século XIX, e um tema que mais tem sido pautas dos grandes encontros de Chefes de Estado é o desafio de fazer com que a economia mundial cresça, mas sem gerar desigualdade social e protegendo o meio ambiente.

Nesse sentido, compreende-se que o padrão de organização das relações sociais defendido pela Economia Solidária é uma ferramenta estratégica para chegar neste modelo de sociedade que queremos: com igualdade e sustentabilidade.

² Propensão marginal a consumir (PMgC) é o acréscimo de consumo, dado um acréscimo na renda.



Uma sociedade com estes anseios (igualdade e sustentabilidade) encontra na Economia Solidária aspectos organizacionais que proporcionam este formato: produzir o necessário, comprar o necessário, e reaproveitar quando possível, respeitando o outro a sociedade e o meio ambiente.

4.2. UM MODELO PARA ANÁLISE

Com esta visão é possível, elaborarmos um exemplo para análise: Suponhamos um grupo de pessoas que estivessem fora do mercado de trabalho, cada uma por um motivo distinto, e estas optassem por se organizarem e criar uma cooperativa, nos moldes da economia solidária³. Este grupo, pela vivência, decidiu produzir sabão com base de óleo cozinha reutilizado. Então além do óleo de cozinha reutilizado (que eles coletavam), água e soda cáustica eram os insumos para este produto.

Após algum tempo, conseguiram firmar a produção e vendiam toda a sua produção para um único comprador: uma empresa de distribuição. A produção crescia sempre mais, fazendo com que a renda dos cooperados aumentasse proporcionalmente. Mas nem toda a receita deste empreendimento era revertida em salários: parte ia para fundos de reserva; parte para novos investimentos; parte para ações educacionais para os cooperados e para as comunidades do entorno e; parte para a preservação da nascente do rio onde a água era captada e o esgoto da cooperativa era despejado. O regimento interno desta cooperativa prevê que a remuneração seria sempre igualitária, que a gerência do grupo fosse por um conselho gestor eleito entre seus membros e com as decisões tomadas democraticamente.

Esta cooperativa é fictícia, mas segue um modelo real, que é previsto nas normas de regulamentação de cooperativas (Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971) e segue os princípios da Economia Solidária.

Observemos que, de imediato, para este modelo cooperativista, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho, respondendo às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade. Aqueles agentes, antes desocupados, foram incluídos no mercado de trabalho. A partir disso começaram a participar, ativamente, da economia, ou melhor, injetando mais moeda no fluxo básico da economia (aumentado o nível de poupança, impostos e compras). Então todo o restante da economia foi beneficiado, porque, por exemplo, mais pessoas estão comprando, os comércios estão vendendo mais, indústrias estão produzindo mais, por consequência mais mão de obra para as firmas estão sendo contratada. E assim o governo irá arrecadar mais. Enfim, ampliando um fluxo de moedas na economia.

4.3. UMA REDE ECONÔMICA ALTERNATIVA

Mas, como foi dito anteriormente, a Economia Solidária, não só proporciona ganhos matérias, mas também ganhos sociais para os cidadãos.

Nesta engrenagem econômica como conhecemos de concentração de renda, exclusão e consumismo – o capitalismo fica difícil mensurar o grau de desenvolvimento para estes grupos que se harmonizam com a Economia Solidária, pois de uma forma macro pode-se medir o PIB de um país e medir as riquezas ali produzidas, porém quando se faz um recorte nestes grupos solidários, principalmente, percebe-se que não só essa riqueza material servirá para medir o nível de desenvolvimento destas famílias. Agora, estes, como protagonista de um processo de

³ Reconhece-se que esta organização pode ter sido voluntária ou estimulada por alguma entidade de assessoria e fomento, seja na forma de ações de formação (tanto técnica quanto econômica e política), seja na forma de apoio direto (em estrutura, assessoria, consultoria, elaboração de projetos e/ou oferecimento de crédito) para a incubação e promoção de empreendimentos.



inclusão social e se entendem como cidadãos, se tem o entendimento que os elementos que dão ensejo para a cidadania vão além de obterem ou não dinheiro.

A inclusão social não pode ser somente resumida em promover aquisições matérias para os indivíduos, mas também quando se adicionam uma série de outros ganhos sociais, bem como: Bem Estar Psicológico; Vitalidade Comunitária; Saúde; Acesso à Educação; Uso Equilibrado do Tempo; Educação; Governança; Meio Ambiente Sustentável; Padrão de Vida.

Estas dimensões, acima citadas, entrelaçam o desenvolvimento material e espiritual do ser humano, ai então criando um indicador sistêmico, que pode quantificar o quanto que cada parte da sociedade esta recebendo de acréscimos sociais. Este indicador é a **Felicidade Interna Bruta – FIB**, que, bem mais que aferir o desenvolvimento da economia, ele traz um compromisso de adaptar a construção da economia à cultura da região.

O conceito de FIB surgiu no ano de 1972 com o rei do Butão Jigme Singye Wangchuck, em resposta a críticas que afirmavam que a economia do seu país crescia miseravelmente. Enquanto os modelos tradicionais de desenvolvimento têm como objetivo primordial o crescimento econômico, o conceito de FIB baseia-se no princípio de que o verdadeiro desenvolvimento de uma sociedade humana surge quando o desenvolvimento espiritual e o desenvolvimento material são simultâneos, assim se complementando e reforçando mutuamente.

Assim, o cálculo de “riqueza” deve considerar outros aspectos além do desenvolvimento econômico, como a conservação do meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas. O FIB é baseado na premissa de que o objetivo principal de uma sociedade não deveria ser somente o crescimento econômico, mas a integração do desenvolvimento material com o psicológico, o cultural e o espiritual – sempre em harmonia com a Terra (URA, 2012).

No Brasil, este conceito ganhou força, quando em 2010, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou a proposta de emenda constitucional de autoria do senador Cristóvão Buarque (PDT-DF), a chamada PEC da Felicidade, que, se sancionada pelo Congresso Nacional, deixaria o artigo 6º da Constituição Federal da seguinte forma: "são direitos sociais, essenciais à busca da felicidade, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados".

Conforme afirma, um dos Membros do Conselho Internacional do FIB, Dasho Karma Ura (2012), pode-se perceber que, embora a felicidade seja sentida individualmente, pode ser produzida coletivamente. O FIB reconhece a felicidade, ou bem-estar subjetivo (como definem alguns cientistas) como o maior bem comum de uma nação.

O FIB é muito mais do que um mero indicador ele é um catalisador de mudança, um processo de mobilização social em prol do bem-estar coletivo e do desenvolvimento sustentável. Também é um processo de conscientização das lideranças locais para a formação de parcerias entre os principais setores da sociedade: governo, empresas, cidadania e academia, visando o bem-estar de todos.

Ura ainda ratifica que o FIB não foi formulado para substituir o PIB enquanto uma medida de progresso social, e sim para complementar uma versão revisada do PIB, que por sua vez tem sido usado desde a 2ª Guerra Mundial como um indicador de tudo que é produzido num país em termos de bens e serviços. O PIB acabou sendo usado como parâmetro de referência para se comparar o desempenho econômico entre países e medir o progresso social. Contudo, nos anos mais recentes, o PIB tem sido fortemente criticado, uma vez que esse indicador não computa os custos dos danos ligados aos recursos ambientais, bem como outros fatores que afetam o bem-estar da humanidade e a sustentabilidade do meio-ambiente. Já o



indicador FIB é uma medida muito mais ampla, gerada por vários indicadores que perpassam nove domínios, e por isso provê um índice muito melhor para se avaliar o bem-estar da sociedade.

No ponto de vista da Economia Solidária, numa comunidade, o FIB paralelo ao cooperativismo, mobiliza a um nível muito mais elevado de participação cidadã nas reuniões e no planejamento de ações futuras.

Os questionários do FIB e os seus resultados, ao serem reportados para a população, gera um grande interesse e muito mais conscientização no tocante às forças e fraquezas da comunidade, e aos recursos disponíveis e necessários. Isso salienta as áreas para remediação, de modo que os cidadãos e o poder público possam então trabalhar juntos para identificar os mais importantes planos de ação. O cooperativismo aliado ao FIB torna-se, portanto, uma poderosa ferramenta para aglutinar as pessoas com vistas a resolver seus problemas comuns e aumentar o seu bem-estar coletivo.

Os governos podem se beneficiar dessa ferramenta para testar, através de uma abordagem sistêmica e multidimensional, qualquer projeto de desenvolvimento proposto. Ao se usar o FIB como uma ferramenta de triagem para analisar como um dado projeto, enquanto o mesmo ainda está na sua fase de planejamento, impactará no bem-estar geral.

O FIB está, então, para a Economia Solidária como um facilitador no processo para o rompimento de ciclos de desigualdade social, visto que ele – o indicador FIB – mede, parametriza e norteia as propostas solidárias.

5. O COOPERATIVISMO FRENTE ÀS EMPRESAS MERCANTIS

A grande vantagem arrolada quando se fala em cooperativas são os benefícios fiscais. Mas, talvez essa questão nem seja tão principal. Sob o olhar fiscal, não há diferença entre os impostos que incidem sobre produtos vendidos por uma cooperativa ou por uma empresa mercantil. A diferença principal é que o trabalho do cooperado através da cooperativa, não gera vínculo empregatício com a mesma e os produtos produzidos pelos cooperantes entregues na cooperativa também não geram tributação, é o que se chama de atos cooperativos. Contudo na hora de comercializar bens e serviços há incidência de impostos normalmente.

As cooperativas tornam-se muito vantajosas quando se discute organização trabalhista. Pois possibilitam que os indivíduos excluídos (e por isso com menos condições de enfrentar o mercado) possam aumentar sua competitividade e, com isso, melhorar sua renda ou sua condição de trabalho.

Os possíveis benefícios fiscais passam a ser secundários se o negócio coletivo for viável a partir da união das pessoas.

Mas o que faz os empreendimentos cooperativistas econômicos solidários serem mais avançados do que as empresas mercantis no âmbito social e aí repercutindo economicamente e criando condições para uma organização sustentável, é o fato destes empreendimentos, quando diante de algum problema social, os solucionarem lançando uso de métodos e produtos que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social comprovado: a chamada **Tecnologia Social**, que é desenvolvida na interação com a comunidade e que representa efetivas soluções de transformação social, conforme afirma o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

Essa Tecnologia Social tem sua eficácia quando é alcançada ou repetida por outras pessoas, permitindo que o desenvolvimento se multiplique entre as populações atendidas, melhorando a sua qualidade de vida.



Então, frente às empresas mercantis, as cooperativas tornam-se mais vantajosas, pois, além dos benefícios fiscais, elas proporcionam um modelo de organização que amplia a visão do trabalhador cooperado e sua responsabilidade, mas também harmonizam soluções aos problemas sociais.

Além disso, o cooperativismo tem grande importância política, econômica e cultural. Do ponto de vista político-econômico, a cooperativa está dentro da economia solidária, ou seja, não está nem no capitalismo nem no socialismo. E do ponto de vista cultural, há a mudança da relação de competição para cooperação. Além disso, elas estão inseridas no *fair trade*, ou comércio justo, e estão externamente ligadas a outros grupos de apoio como universidades, através de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.

O ponto de equilíbrio entre a cooperação e a competição é quando o indivíduo percebe ser, ao mesmo tempo, capaz de ultrapassar os desafios propostos pela sociedade, como na competição, à medida que ele é capaz de provar, por mérito próprio, suas conquistas.

Todavia este modelo encontra-se em constante adaptação, tomando novos papéis e perspectivas diante da sociedade, conforme veremos no capítulo que segue.



6. A RESSIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO COOPERATIVO

A teoria crítica marxista mostrou-nos através de vários estudos, que as cooperativas têm seus fundamentos na contradição inerente à incapacidade do capitalismo resolver os dramas sociais advindos do conflito acumulação e apropriação de riquezas – que são produzidas socialmente – ao mesmo tempo em que tais cooperativas são frutos de possibilidades civilizatórias e campo de expressão das lutas sociais do trabalho.

Contudo o cooperativismo é colocado como "um instrumento", como uma organização econômica, mas pouco abordado na dimensão de "relações de trabalho". Sobretudo, as cooperativas, devem ser vistas como uma estrutura de organização que constrói novas relações do trabalho com o mercado, com perspectiva de gerar trabalho e renda.

É necessário constar que o conceito e as formas de realizar o trabalho mudaram, basta recordar que o trabalho na Grécia antiga não era para os cidadãos. No Brasil até 1886 o trabalho era uma atividade para escravos, ao menos o trabalho manual. Este trabalho escravo era tão legal como o atual trabalho assalariado subordinado. E também O lugar onde se realiza o trabalho também se transforma, funções surgem e desaparecem com muita velocidade não gerando nem a identidade profissional, como o caso dos bancários, telefonistas, *home Office*, *telemarketing*, vendas através da TV, venda em rede de autônomos etc.

Estas mudanças de hábitos e comportamentos do trabalho faz repensar o enfoque sobre ter trabalho e ter emprego. Isto gera, de fato, novos tipos de relações entre o capital e o trabalho, entre empregador e empregado e entre trabalhador e contratante do trabalho. Estas relações entre o trabalhador e o usuário das suas habilidades ou serviços em um novo mercado de trabalho envolvem, portanto, um novo tipo de relações de trabalho.

O cooperativismo de trabalho diante deste quadro representa um modelo alternativo de relações com o trabalho visando justamente construir um tipo diferente de relação do trabalho com o mercado, fazendo da cooperativa seu instrumento jurídico de viabilização eficiente do trabalho no mercado, eliminando a intermediação. Isto permite a distribuição de maior renda ao trabalho, uma vez que o excedente que era apropriado pela intermediação é redistribuído entre os cooperados associados que executam efetivamente o trabalho. A própria OIT - Organização Internacional do Trabalho, já no seu surgimento em 1919, com a Convenção 96, de 1933, aponta que o trabalho não é uma mercadoria comum.

Portanto, é nesta perspectiva que devemos colocar a questão do trabalho organizado através do modelo de cooperativa de trabalho, como uma opção de relações do trabalho com o mercado, onde intercambiam dois agentes: o trabalho e quem demanda o trabalho, excluindo o intermediador que trata o trabalho como mercadoria comum.

Neste novo mercado de trabalho existirá certamente uma convivência e diversificação de relações de trabalho, mas será o trabalho associado uma resposta qualitativamente diferente de articulação dos novos trabalhadores, valorizando sua capacidade de negociação através de contratos com o demandante que valorize, tanto o trabalho, como a qualidade de vida. A possibilidade de fortalecimento e crescimento deste modelo dependerá justamente da capacidade de incorporar amplos contingentes de trabalhadores, desde os excluídos por incapacidade até os altamente qualificados.

O novo e positivo da manifestação do cooperativismo de trabalho é a capacidade de rápida expansão diante dos problemas de emprego. O cooperativismo de trabalho diante casos de crises de empresas privadas, tem sido constante. Poderíamos classificar este fenômeno como recuperação de Empresas em Crise ou como recuperação de Massas Falida. Após crise ou falência, as empresas passam a ser administrada pelos seus trabalhadores e conseguem manter os postos de trabalho e reestruturar-se como cooperativa.



Mas não é só nas empresas privadas em crise que o cooperativismo esta se estabelecendo como resposta social e econômica. Outra área é a da reestruturação do Estado (União, Estados e Municípios). Em 1997 existiam nove Estados além do governo federal com Plano de Demissões Voluntárias. O Estado, apesar da massa tributária que controla, demonstra incapacidade de oferecer serviços. Assim, a cooperativa de trabalho começa a emergir neste setor como resposta de melhor qualidade e produtividade com conteúdo social.

Mais uma área é a dos técnicos profissionais com habilidades e conhecimentos especializados, alguns casos, só a título de exemplo, podem ser apontados para ilustrar esta tendência. Profissionais como consultores, auditores, advogados passaram a prestar serviços através de algumas cooperativas.

Encontra-se também excelência com a terceirização através do trabalho associado em cooperativa, discutida e praticada em diversos setores econômicos, dos mais tradicionais aos mais modernos como o setor automobilístico. Neste caso o sistema de cooperativas de trabalho, além de uma resposta mais social que a terceirização selvagem, é uma típica estratégia do trabalho-capital-sociedade. A cooperativa realiza um contrato direto de trabalho sem intermediação.

A perspectiva é que para os próximos anos do século XXI, o modelo de trabalho cooperativista projetar-se-á como ainda mais ativo e como uma maior participação na economia, aliado ao desafio de crescer com sustentabilidade e desenvolvendo atividades no sentido de dar maior dinamismo, objetividade e eficiência.

Assim, estes empreendimentos cooperativos solidários se apresentarão cada vez mais atuante e estruturado, sendo fundamentais para a economia do país porque têm por objetivo ser cada vez mais conhecidos e compreendidos como um sistema integrado e forte para inclusão social e adaptativo às necessidades do mercado de trabalho, sobretudo valorizando o trabalhador.

7. CONCLUSÃO

Por fim, este artigo torna-se utilitário por contribuir para conscientizar a sociedade, em geral, quanto à importância de uma organização cooperativa na construção de uma convivência econômica e social mais justa, onde as pessoas pudessem viver de forma digna socialmente e distribuir suas riquezas equitativamente. Entretanto, já estaríamos realizando uma grande contribuição social, se este estudo proporcionasse um caminho de como suprir, com eficiência, as necessidades básicas para a sobrevivência, sustentabilidade e melhoria da condição humana, pelo menos, na cidade e comunidade onde cooperativas populares estivessem inseridas.

Ao que tudo indica, no século XXI viu nascer um novo paradigma socioeconômico, político e cultural fundamentado na solidariedade e organização trabalhista. E essas práticas, mesmo que sejam executadas por parte da população, terão seus resultados influenciando toda a sociedade.

As cooperativas são, portanto, organizações capazes de enfrentar as adversidades, no entendimento que se houver progresso no lado econômico, haverá desenvolvimento social.

Como as necessidades do homem atual são diferentes daquelas que prevaleciam décadas atrás, o Cooperativismo também se modernizou, porém mantendo a filosofia, princípios e valores de solidariedade e ajuda mútua.

Hoje, ninguém duvida que a cooperação seja a melhor alternativa contra a competição, assim como é uma solução democrática, disponível para todas as atividades e para todas as classes sociais.

Com o intuito de criar condições para inclusão social, os empreendimentos cooperativos solidários têm como ferramenta fortalecedora o indicativo FIB, que pode mensurar como estas iniciativas solidárias estão impactando quanto ao bem-estar da sociedade. E conclui-se também que o FIB quando tem seus resultados concernidos, para a população cujo questionário foi aplicado, em norteadores às forças e fraquezas. Então o FIB aliado às propostas Econômicas Solidárias do cooperativismo é uma poderosa ferramenta para aglutinar as pessoas com a finalidade de esgotar seus problemas comuns e aumentar o seu bem-estar coletivo.

É notável também que os produtores também se transformam a medida que fazem aflorar novas qualidades próprias, se desenvolvem na produção, se transformam, desenvolvem novas capacidades e conceitos, ou seja, as pessoas se transformam no processo de produção. O cooperativismo, com seu alto investimento na educação de seus cooperados, proporciona, diante a interação com a comunidade e perante algum problema social, o uso de Tecnologias Sociais para solucionarem efetivas questões de transformação social e organizacional.

Contudo, para a inclusão social, o fomento para a estruturação do cooperativismo na perspectiva da Economia Solidária deve ser um engajamento de toda a sociedade, empresas e governo, visto que os benefícios serão gozados por toda a coletividade.

Sendo assim ratifica-se que este artigo não que propor um novo modelo de organização socioeconômica, mas sim um modelo de organização que possa conciliar uma economia sã e competitiva com uma sociedade justa e responsável.

8. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 1971.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FBES. Carta de princípios da Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/index.php>> Acesso em: 20 jun. 2012.

GRAMSCI, Antônio. Antologia. Biblioteca Del Pensamento Socialista. 4ª edição. México: Siglo Veintiuno, 1978.

_____. Os intelectuais e a organização da cultura. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. Maquiavel, a política e o Estado moderno. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA Rede de tecnologia social - RTS. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/>> Acesso em: 22 jun. 2012.

MASLOW. A. H. Maslow no gerenciamento. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

ORGANIZAÇÕES DE COOPERATIVAS DO BRASIL – OCB. História do cooperativismo. Disponível em <<http://www.ocb.org.br/>> Acesso em: 17 de jun. 2012.

_____. Relatório de atividades 1994-2001. Brasília, Organização das Cooperativas Brasileiras, 2004.

_____. Legislação Cooperativista. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.com.br/>>. 2006. Acesso em: 17 de jan. 2009.

_____. Relatório de Atividades 2008. Brasília, Organização das Cooperativas Brasileiras, 2008.

_____. Organização das Cooperativas Brasileiras. Agenda Legislativa do Cooperativismo 2009. Brasília, Organização das Cooperativas Brasileiras, 2009.

_____. Manual de orientação para constituição e registro de Cooperativas. 8ª ed. Brasília: SESCOOP, 2003.



ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO– OIT. Concernente aos escritórios remunerados de empregos – Convenção 96. Disponível em < <http://www.oitbrasil.org.br/node/464/>> Acesso em: 30 de jun. 2012.

PEDRINI, Dalila M.; OLIVEIRA, Adriana, L. de. A Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento: Emancipação. 2007.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo. Atlas da exclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. O que é cooperativismo. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SANTOS, Reginaldo Costa dos. O cooperativismo como forma de desenvolvimento humano e de inclusão social: um estudo de caso. Salvador. CEPPEV. 2009.

SILVA, Reinaldo Oliveira da. Teorias da administração. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

URA, DASHO KARMA. Felicidade Interna Bruta - FIB. Disponível em: <<http://www.felicidadeinternabruta.org.br/>> Acesso em: 29 jun. 2012.